

43º Encontro Anual da Anpocs

SPG 05

Brasil e América Latina em perspectiva: estratégias e vivências intergeracionais de populações afetadas por grandes empreendimentos

"Águas que correm caladas": formas de resistência cotidiana no contexto do neoextrativismo em Caucaia-CE

Gabriela Colares Teixeira (PPGS/UFC)

Resumo

A pesquisa tem por escopo compreender as práticas e os “discursos ocultos” (SCOTT, 2000) das mulheres que compõem o projeto Produção Rural Alternativa de Caju (Pracaju). Essas práticas e discursos podem ser interpretados como formas de resistência ao modelo de desenvolvimento dominante representado, na comunidade onde vivem, pela Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP). Tal projeto é realizado em Baixa das Carnaúbas, localidade de Matões, distrito de Guararu, em Caucaia – CE. A comunidade encontra-se a cerca de 60 km de Fortaleza e localiza-se na porção oeste da Região Metropolitana, parte do estado do Ceará abrangida pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), que possui a CSP como principal investimento.

Palavras-chave: discursos ocultos; resistência cotidiana; neoextrativismo

Introdução

O texto aqui elaborado parte do projeto de pesquisa que estou desenvolvendo no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). A pesquisa tem por escopo compreender as práticas e os “discursos ocultos” (SCOTT, 2000) das mulheres que compõem o projeto Produção Rural Alternativa de Caju (Pracaju). Essas práticas e discursos podem ser interpretados como formas de resistência ao modelo de desenvolvimento dominante representado, na comunidade onde vivem, pela Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP). Tal projeto é realizado em Baixa das Carnaúbas, localidade de Matões, distrito de Guararu, em Caucaia – CE. A comunidade encontra-se a cerca de 60 km de Fortaleza e localiza-se na porção oeste da Região Metropolitana, parte do estado do Ceará abrangida pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), que possui a CSP como principal investimento.

Em minha dissertação de mestrado abordei a experiência do associativismo, no âmbito da economia solidária¹, no grupo de mulheres que compõem a Pracaju. O estudo teve por escopo compreender como as mulheres de um projeto associativo no meio rural cearense vivem o processo de colaboração entre elas, e de que forma interpretam e vivenciam a experiência da solidariedade e da geração de renda no cotidiano camponês do Ceará.

A partir do trabalho de campo realizado para a referida pesquisa, pude reunir um montante significativo de relatos de mulheres e observações que acabaram excedendo os objetivos elencados ao meu texto dissertativo. Trata-se de narrativas sobre a presença de uma siderúrgica nos arredores daquela comunidade e, mais do que isso, sobre como o citado grupo de mulheres lidam com os possíveis paradoxos de receber financiamento de uma empresa que trouxe impactos negativos para o local.

¹ Apesar da dificuldade de definição do conceito de Economia Solidária, principalmente em função do extenso leque de autores que se debruçam sobre o tema, o citado estudo teve como base a compreensão de Paul Singer, para quem a economia solidária “é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”. (2002, p. 10). Uma das conclusões da referida pesquisa apontou que, apesar do nome “economia solidária” não aparecer nas falas das mulheres da Pracaju, as características do projeto convergem àquilo que é definido no campo das organizações solidárias.

Assim, a pesquisa tem como justificativa a necessidade de fomentar o debate acerca dos impactos causados por tal empreendimento a populações tradicionais no Ceará e dos modos de resistência de tais populações, bem como somar às reflexões sobre o modelo de desenvolvimento dominante, compreendido a partir do conceito de “neoeextrativismo” (Gudynas, 2009). A compreensão de “formas cotidianas de resistência”, a partir de Scott, traz subsídios para pensar a política de grupos subordinados para além das análises clássicas das ciências sociais, que privilegiam as ações de movimentos sociais e protestos abertos no processo de transformação social.

2. Conhecendo a Pracaju e seu contexto

A Pracaju consiste em um grupo de mulheres, vinculado à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Baixa das Carnaúbas, que utiliza frutos da região para produção de alimentos para venda. O projeto foi selecionado pela Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) por meio do programa “Ideia da Gente”² e recebeu aporte financeiro para aquisição de maquinário e cursos de capacitação. O carro-chefe da Pracaju é o pseudofruto do caju. Através do seu beneficiamento, as mulheres do projeto produzem cajuína, polpas, mel, doce, xarope, bolo, cocada e ainda sequilho, pastel de forno e lasanha de “carne” de caju. Na entressafra, no entanto, trabalham com diversos outros frutos, aos quais têm acesso nos quintais de casas da própria comunidade ou nas comunidades vizinhas, como cajá (*Spondias mombin*), goiaba (*Psidium guajava*), manga (*Mangifera indica*), acerola (*Malpighia glabra*), ubaia (*Eugenia pyriformis*) etc.

Ao passo que pensar sobre experiência da Pracaju significa falar de uma solidariedade que cresce e dá frutos na região onde vivem, as narrativas das mulheres que a compõem também dão conta de relatos do crescimento da violência, da mendicância e da prostituição de meninas jovens. Também são muitos os relatos sobre a desvalorização do trabalho com a terra em uma região

² O Programa Ideia da Gente foi lançado em 2013 e, segundo consta no site da empresa, tem o objetivo de promover o desenvolvimento nas comunidades de São Gonçalo do Amarante e Caucaia. Além da Pracaju, os projetos apoiados pela CSP no Ideia da Gente I e atualmente em execução são: Maré Alta, Bom de Bola e Criança na Escola, Caminhando para o Futuro, Vida Maria, Trigo e Esperança, Polo de Confecção Solidária e Lagoa das Cobras Confecções (<http://www.cspecem.com/>).

que já foi, segundo Lily Bernardo, eleita coordenadora interna do grupo, responsável por grande produção de hortaliças. Segundo ela,

Aqui, há alguns anos atrás, era o lugar, a comunidade, a região que mais se produzia hortaliças, aí depois que veio esses empreendimentos, filhos dos horticultores, eles já não quiseram mais trabalhar nas hortas, eles preferem trabalhar nas empresas (Lily Bernardo, 35 anos, maio/2016).

Contextualizo, então, brevemente o surgimento do CIPP, demonstrando como Baixa das Carnaúbas insere-se em uma conjuntura mundial que privilegia o capital financeiro em detrimento dos custos socioambientais que afetam populações. Para Carvalho (2018, p.14),

O cenário de contradições e apartações estruturais da contemporaneidade brasileira, urdida na vinculação histórica do capitalismo e do colonialismo, com suas novas configurações, expressam-se nas particularidades da formação social nordestina e, de modo especial, cearense.

É na conjuntura da “mundialização do capital com dominância financeira” (CHESNAIS, 1996, p. 25), engendrando transformações, ainda em curso, nos padrões de acumulação, que os sucessivos governos estaduais do Ceará elegem a atividade industrial “como a mola mestra para inserir o Estado no projeto de modernidade relacionado às dinâmicas globais do capital” (TELES, 2015, p. 23). Nesse contexto de valorização da atividade industrial como aposta para o desenvolvimento do estado se consubstancia o CIPP.

Em minhas primeiras idas a campo, percebi que as falas das mulheres da Pracaju vinculavam o nome da CSP a benesses, uma vez que, como já dito, foi através de um programa da empresa que o projeto Pracaju recebeu seu primeiro financiamento. No entanto, com o tempo, e a partir de uma observação mais atenta, foram se apresentando sinais de que há certa concordância quanto ao investimento da CSP no projeto ser uma forma de compensação pelos impactos que sua chegada trouxe para a comunidade.

Após alguns meses indo à Baixa das Carnaúbas, uma das pessoas entrevistadas³ desabafa, com um tom de voz baixo, que indica certo grau de sigilo, que

³ Opto aqui por não expor seu nome ou outras informações de cunho pessoal, dada a preocupação que o tom de voz do relato indicou.

isso que eles fazem não é porque são bonzinhos não, é compensação, é obrigação deles por lei! Tá me vindo um estalo de que isso é tipo um cala a boca pra gente não questionar muito. [...] eles vêm desmatando tudo lá por dentro! A gente, que é da comunidade, que é nosso patrimônio, não pode, mas eles vêm fazendo... (junho/2016).

Também para Joselina, uma das lideranças comunitárias que integra a Pracaju, o financiamento desse projeto por parte da CSP se dá em busca de compensação pelos impactos que sua implantação trouxe para as comunidades no seu entorno:

Eu acredito que seja uma forma de compensação, né? Porque realmente houve um grande impacto na comunidade! [...]E agora com isso a gente tem que reverter, e mais, de uma certa forma, fortalecermos elos, laços com outras comunidades. [...] A gente foi impactado, mas a Pracaju ela veio também, eu acredito, pra impactar (Joselina, 48 anos, maio/2016).

Assim, ao refletirem sobre as transformações que a instalação das indústrias do CIPP acarretou ao local – no que diz respeito, por exemplo, à desvalorização da agricultura como meio de subsistência ou ao desemprego daqueles que não tiveram oportunidades de trabalho nas empresas por falta de qualificação – elas relatam buscar também, através do projeto Pracaju, expandir os benefícios para além daquelas mulheres que lá atuam, para a comunidade como um todo.

Nessa região é mais agricultura, aí aqui as pessoas saíram da agricultura pra justamente ir para essas empresas, e aí a agricultura aqui tá morrendo... agora, pensando, o projeto Pracaju ser criado é justamente para resgatar essa prática das pessoas, de não deixar de pensar ‘olha! A gente pode sobreviver da terra! Se a gente tem a terra pra plantar, por que não plantar?’ (Lily Bernardo, 35 anos, maio/2016).

Observa-se, assim, que as mulheres da Pracaju possuem um “discurso público” direcionado a pesquisadores, repórteres ou curiosos no qual a CSP é vinculada a sentidos de gratidão e benevolência pelo financiamento do projeto. Porém, a partir de um olhar mais atento às práticas e aos “discursos ocultos” (SCOTT, 2000) percebe-se que os modos de vida e tipo de desenvolvimento que elas almejam tensionam aquele necessário para a existência de um empreendimento como a CSP.

O que já se observou a partir de um primeiro trabalho de campo é apenas indicativo de que haja mais “discursos ocultos” e “formas cotidianas de resistências”, em um âmbito “infrapolítico” (SCOTT, 2000), levado a cabo por

aquelas mulheres, que oferecem um potencial explicativo para a compreensão das dimensões de vivências dos grupos subordinados nas relações de poder.

Afirma-se, então, como hipótese da pesquisa a ideia de que ao trabalharem segundo lógicas que se pautam por uma preocupação com a comunidade e com o meio-ambiente⁴, compreendendo esses processos de forma ampliada em suas formas cotidianas de produção e reprodução da vida, as mulheres daquele grupo podem estar opondo-se, sem declarar de forma direta e aberta, ao modelo de desenvolvimento dominante que justifica a existência de grandes obras como a CSP.

3. Encontrando a teoria da resistência

Como explicado, se a primeira impressão que tive foi que as mulheres do citado grupo estavam assumindo a compreensão de desenvolvimento dominante propagado para a justificativa da instalação daquele empreendimento, ouvi-las depor, mesmo que de forma oculta, contra a empresa me causou certo estranhamento. Percebi que havia ali uma suposta incoerência e elegi as formas de desenvolvimento que pareciam estar em disputa entre a empresa e o grupo como foco de análise para uma futura pesquisa de doutorado. No intuito de conhecer as referências bibliográficas e as discussões sobre o tema escolhido, passei a acompanhar como ouvinte a disciplina “Formas de desenvolvimento dominante VS formas de desenvolvimento dos movimentos sociais” no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Uma das obras que compunha o referencial da ementa era “Los dominados y el arte de la resistencia” de James Scott. Durante a leitura da obra fiz uma série de anotações sobre o campo em Baixa da Carnaúbas, identificando na teoria da resistência desse autor grande parte do repertório de práticas cotidianas que havia percebido enquanto acompanhei as mulheres da

⁴ Ressalto que a compreensão sobre ambiente ou natureza é aqui pensada não como uma entidade separada das relações sociais, “algo homogêneo, uno, acessado, ocupado, utilizado e percebido da mesma forma por todo mundo”, mas como “construído, definido e reproduzido a partir de questões culturais e históricas” (FURTADO, 2017, P. 19).

Pracaju no seu dia a dia. A citada teoria apareceu para mim de forma a iluminar condutas que haviam ficado turvas. O que parecia incoerência passou a ser compreendido a luz da “resistência velada”. Aquilo que havia percebido como peculiaridade local passou a ser reconhecido também como universal.

O projeto de compreender as singularidades das condutas históricos-sociais de Weber, segundo Peirano (2000, p.93), possibilitou a elaboração de dois movimentos fundamentais: “Fazer somarem-se a microetnografia com uma macrosociologia, de modo que o evento circunstancial lance luz aos processos e categorias sociais mais amplos e vice-versa”, apontando, assim, uma interdependência entre a especificidade etnográfica e as teorias macroestruturais. Um segundo ponto é o acréscimo “às representações sociais e aos códigos culturais que informam a cosmologia de uma determinada sociedade o poder e a eficácia da ação individual” que ocupa lugar na configuração dos valores de uma sociedade.

Nas Ciências Sociais é ampla a gama de autores que se debruçam em teorias sobre as relações de poder, porém para Scott (2000, p. 118), há um princípio fundamental na construção das relações sociais, qual seja, que a toda forma de dominação corresponde outra de resistência, que pode ocorrer de forma estrategicamente velada, através da qual os sujeitos buscam “exercer seus direitos de pouco em pouco e sem fazer muitos ruídos”. Assim, pensar essa relação social remete a busca de “uma infinidade de discursos que atravessam em todos os sentidos o cotidiano” (Foucault, 2003, p.116).

Scott (2000), partindo de uma perspectiva que busca destacar as formas de resistência das classes subalternas, indica que a atuação de grande parte dos camponeses expressa-se através de formas de resistência observadas em práticas cotidianas e discursos difusos, fragmentados, que orientam as interações cotidianas entre dominantes e dominados. O autor as qualifica como “formas Brechtianas de luta de classe” (SCOTT, 2011, p. 219).

O autor enfatiza que o conceito de classe precisa ser “codificado na experiência concreta compartilhada, que reflete tanto o material cultural como os dados históricos de seus portadores” (SCOTT, 2011, p. 238). Assim, defende

que “excluir a experiência dos agentes humanos da análise das relações de classe é fazer a teoria engolir seu próprio rabo” (SCOTT, 2011, p. 235).

Para Giddens (2018, p. 14), “uma explicação adequada da atuação humana deve, primeiro, estar ligada a uma teoria do sujeito atuante e, segundo, situar a ação no tempo e no espaço como um fluxo contínuo de conduta” no lugar de abordar propósitos, razões etc. “como uma espécie de agregado”. Ainda de acordo como autor, um dos principais destaques da teoria da estruturação é o de que a teoria social deve aceitar que os atores sociais têm conhecimento do sistema social que eles produzem e reproduzem em suas condutas. O autor destaca como teorema principal de sua teoria da estruturação a proposta de que todo ator conhece bastante sobre as condições de reprodução da sociedade que integra. Assim,

se os atores são encarados como idiotas culturais ou “meros portadores de um modo de produção”, sem qualquer entendimento que valha sobre as circunstâncias ou ambiente da sua ação, o caminho está aberto de imediato para a suposição de que suas próprias opiniões podem ser desconsideradas em quaisquer programas práticos a ser eventualmente adotados”. (GIDDENS, 2018, p.80)

Para ele, não é por acaso que as formas de teorias social que minimizam ou negam espaço conceitual ao entendimento dos agente sobre si mesmos e sobre seus contextos sociais tendem a exarcerbar o papel das ideologias ou sistemas simbólicos dominantes sobre as ideologias ou sistemas simbólicos das classes subornidadas. Assim, “todos os atores sociais, não importa quão baixa seja sua posição, tem algum grau de discernimento das formas sociais que os oprimem” (GIDDENS, 2018, p.81).

Compreendendo a luta dos grupos subordinados como uma “luta surda” que se dá cotidianamente e “para além do espectro visível”, sendo por isso denominado de “infrapolítica”, Scott (2017, p. 217) defende que tal “invisibilidade é, em certa medida, resultado de uma ação deliberada, de uma decisão tática que está consciente do equilíbrio de poder”. Para o autor, essas são as formas que a luta política adota quando a realidade do poder torna impossível qualquer ataque frontal. Assim, segundo sua teoria, “a maioria dos subordinados consente e obedece não por que tenham internalizado as normas dos

dominantes, senão porque, havendo uma estrutura de vigilância, recompensas e castigos, consideram mais prudente consentir” (SCOTT, 2000, p 228).

É a partir de tal perspectiva que o recorte aqui assumido direciona a compreensão das modulações de discursos e das práticas cotidianas das mulheres da Pracaçu. O consentimento que se pode aferir a partir de suas falas públicas sobre a CSP justifica-se como estratégia, e não como assimilação inocente de uma suposta benevolência da empresa ou da ideia de desenvolvimento dominante.

4. Neoextrativismo, neoliberalismo e a contraconduta como resistência

A condição na qual a comunidade de Baixa das Carnaúbas se encontra em relação ao CIPP e a CSP envolve questões estruturais e ambientais que se vinculam. Para Maia *et al* (2018, p. 439), não é possível compreender os riscos e as injustiças ambientais de forma desarticulada “dos processos de globalização econômica, financeirização do capital e concentração de riquezas”. Assim, destaca-se que o que se observa na comunidade relaciona-se ao contexto da reorganização do capitalismo, especialmente a partir da década de 1990, e ao conseqüente acirramento do papel extrativista das economias do Sul Global.

Para Gudynas (2009), o conceito do neoextrativismo é entendido principalmente em referência a países da América Latina e é definido como um modelo de desenvolvimento no qual o Estado tem um papel ativo, focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada. Como afirma Carvalho (2018), no cenário nacional, de forma particular, nordestino/cearense, alastram-se e intensificam-se processos de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004), que apropriam-se “de terras, de territórios, de produções de agricultores familiares, de culturas e saberes, de riquezas agrícolas e minerais, transformando tudo em *commodities*” (CARVALHO, 2018, p. 14).

De acordo com Carvalho, Milanez e Guerra (2018, p.19), o capitalismo financeirizado, ao impor-se em “processo de expansão, sem controles e sem limites” exige “dos diversos países diferentes padrões de ajuste”. Assim, o Governo do Estado do Ceará, no intuito de dotar o território de condições para a implantação de grandes empresas no CIPP, privilegia ações como a construção de uma adutora exclusiva para o fornecimento de água ao Complexo, em detrimento de ações que contemplem a população local (TELES, 2015). Como afirma Maia *et al* (2018),

“Com o açude Castanhão no volume morto, o Governo do Estado do Ceará avançou sobre as águas do Complexo do Rio Cauípe (formado por rio, açude e lagamar), instalando bombas para canalizá-las até o Complexo Industrial e Portuário do Pecém [...] a apropriação desigual e a exportação virtual da água geradas pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém desencadearam o comprometimento de reservas hídricas e, por sua vez, a criação de novos projetos públicos que pretendem comprometer outras reservas e outros territórios em um movimento de desigualdade de acesso e destruição” (p. 456).

No contexto rural, tal processo deflagra transformações significativas nos territórios, como a tendência a ocasionar conflitos fundiários, contaminação das águas e esgotamento dos recursos naturais (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA 2018, p. 34). Na comunidade pesquisada, distante poucos quilômetros do referido empreendimento, as moradoras relatam ser comum a falta de água e seu racionamento por parte do governo. Cabe, então, ressaltar que o estado do Ceará, que sofre historicamente com o problema ambiental da seca, soluciona rapidamente a canalização de águas para o setor industrial, onde predomina um modelo de indústria que demanda elevado volume de água contínua para seu funcionamento (TELES, 2015). Em contrapartida, mesmo que não deponham abertamente sobre a co-responsabilidade da CSP no que diz respeito ao uso dessa água, parte das mulheres da Pracaju participam de mobilizações junto a fóruns sobre a temática ambiental e hídrica, que, no entanto, são frequentadas também por integrantes da CSP.

De acordo com Maia *et al* (2018, p. 443), “para garantir a viabilidade do consumo hídrico do CIPP, foi inaugurado, em 2014, o quinto trecho do Eixão das Águas – medida de transposição de águas e interligação de bacias que retirou reservas do Açude Castanhão para o abastecimento do complexo”. Ainda segundo Maia *et al* (2018, p.449), “estão em vigor inúmeras concessões para o

uso de água e que só a Companhia Siderúrgica do Pecém obteve outorga de 1.500 litros por segundo. As termelétricas do Pecém são portadoras, ainda, de vultosas vazões de água outorgada”. Tais estratégias, elaboradas pelo governo do Estado, justificam-se a partir da necessidade de tornar o Ceará apto a concorrer com outros estados na disputa por empresas que trariam desenvolvimento regional.

A proposta de análise do neoliberalismo desenvolvida por Dardot e Laval (2016), envolve uma mudança de perspectiva no entendimento mais tradicional no qual o neoliberalismo seria simplesmente o prolongamento do liberalismo, como uma exageração das questões que já estavam postas no liberalismo clássico. Na perspectiva dos autores, o neoliberalismo não é apenas a expansão do mercado em detrimento do Estado, ou somente uma redução do Estado para ceder espaço ao mercado. É, na verdade, o próprio Estado que se transforma por meio das normas políticas em um Estado-empresa. O estado se transforma em uma forma de interiorização da norma neoliberal e deixa de levar em consideração o bem-estar da população ao agir como uma empresa.

Assim, de acordo com os autores, essa nova forma de Estado faz emergir um novo sujeito, uma nova forma de vida, uma nova racionalidade e que supera o entendimento mais tradicional de que se trataria somente de uma reformulação econômica, de um modelo de produção ou de uma nova forma de espoliação do capital, um “quadro normativo global” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 21).

Na verdade, o neoliberalismo representa um novo momento histórico, um momento que a ligação entre economia, universos jurídicos, a cultura, o universo dos costumes, as formas de subjetivação, tudo isso se condensa para a produção de novos sujeitos. Sujeitos que se entendem como idealmente plásticos, que conseguem se repor e reconstruir permanentemente em acordo com um novo modelo de produção, deslocalizada, globalizada, mas principalmente em acordo com a interiorização de um modelo da empresa de autogovernabilidade, ou seja, fazendo do “mercado tanto o princípio do governo dos homens como o do governo de si” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 34). Essa racionalidade neoliberal, caracterizada como “racionalidade governamental”

(DARDOT; LAVAL, 2016, p. 34), não deve ser associada apenas com políticas de Estado ou com modo de produção, mas com um novo sujeito, com uma nova razão do mundo. Para os autores, trata-se de uma racionalidade que capilariza todas as relações.

Dardot e Laval (2016) defendem que para fazer frente a esse novo modelo, é necessário entender o que o neoliberalismo tem de peculiar. Entendê-lo como uma racionalidade, que abarca não só como os governantes atuam mas como os governados se colocam na sociedade, como algo que toma a própria subjetividade contemporânea. Assim, deve-se pensar o neoliberalismo como uma racionalidade de políticas global que transforma as formas de existência, a forma do Estado, as instituições as relações sociais, a subjetividade.

Na ótica dos autores tal modelo é então, uma lógica normativa universal que se divide em duas. De um lado a norma transversal, difusa, da concorrência universal e de outro lado a imposição do modelo de empresa. A instauração de políticas deliberada de criação situações de mercado e modelos de concorrência. Dito de outra forma, o neoliberalismo seria a racionalidade do capital estendida às outras esferas sociais, ou seja, ele se destacaria da produção econômica, da produção de bens, pelo vetor de políticas de Estado e se estenderia a todas as outras esferas da sociedade buscando mudar a sociedade no sentido dessa lógica normativa.

Um dos sintomas desse Estado-empresa é que ele se funda em um princípio que não é pelo povo que ele constitui, mas pela empresa. Tem-se, assim, um Estado a serviço da empresa que faz da competitividade um princípio quase constitucional. Dessa forma, o Estado deve “conduzir indiretamente os indivíduos a conduzir-se como empreendedores [...] e a empresa é promovida a modelo de subjetivação” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.378). Essa nova “razão-mundo” (p.379) faz desaparecer a separação entre esfera privada e esfera pública, corroendo “até os fundamentos da própria democracia liberal”, levando ao esgotamento desse modelo de democracia como uma política, uma vez que também passa a questionar inclusive direitos estabelecidos como forma de garantia da cidadania, como as proteções sociais. Na lógica do Estado neoliberal não há direitos se não houver contrapartidas. Assim, não se tem mais

um sujeito de direitos, “mas um ator autoempreendedor” (p.381). Para os autores, a reforma gerencial da ação pública afeta de forma direta contra a “lógica democrática da cidadania social” (p.381) ao reforçar desigualdades sociais na distribuição dos auxílios e no acesso aos recursos.

De acordo com Dardot e Laval (2016), a ideia de contraconduta aparece como possibilidade alternativa, ou seja, uma contraconduta que funcione como forma de resistência a essa governamentalidade, que corresponda a uma conduta que seja indissociavelmente uma conduta para consigo e para com os outros, assumindo uma recusa de se conduzir em relação a si mesmo como uma empresa de si e a recusa de se conduzir aos outros de acordo com a norma da concorrência através de “relações de cooperação, compartilhamento e comunhão” (p.401). Em resumo, “as práticas de ‘comunicação’ do saber, de assistência mútua, de trabalho cooperativo podem indicar os traços de outra razão do mundo” (p. 402).

Uma prática comum na comunidade é a reunião de vizinhas e vizinhos convocada a fim de efetuar determinado trabalho através da ajuda mútua. Na Pracaju, os mutirões, como é chamada essa atividade, são normalmente organizados por Joselina, que sensibiliza a comunidade. Assim foi construído o espaço físico da PRACAJU, e assim são rotineiramente organizadas atividades de plantação no pomar. O mutirão parece ilustrar bem o cotidiano das mulheres da Pracaju. Ali elas plantam, cuidam, colhem, tomam decisões, se ajudam, discordam, estabelecem laços, confraternizam ao final, cumprindo um ritual.

O que já observei a partir de um primeiro trabalho de campo é apenas indicativo de que haja mais “discursos ocultos” e “formas cotidianas de resistências”, em um âmbito “infrapolítico” (SCOTT, 2000), levado a cabo por aquelas mulheres, que oferecem um potencial explicativo para a compreensão das dimensões de vivências dos grupos subordinados nas relações de poder. Seja através da lógica de trabalho pautada na solidariedade, na cooperação, em mutirões, na valorização do trabalho com a terra ou nas formas de dissimulação que se pode aferir a partir das modulações dos seus discursos nas interações, as mulheres da Pracaju podem estar estabelecendo uma contraconduta como uma resistência disfarçada de quem está consciente do desequilíbrio de poder.

Scott afirma que

para qualquer sistema agrário, pode-se identificar um conjunto de valores-chave que justificam o direito a deferência, terra, impostos e renda, reivindicado por uma elite. É, em grande medida, matéria empírica saber-se se esses valores-chave encontram apoio ou oposição no interior da subcultura das classes subordinadas.

Assim, assumo como norte de pesquisa investigar se a proposta de desenvolvimento dominante, de uso da água e da terra, da compreensão sobre esses elementos naturais como recurso de desenvolvimento econômico, da lógica empresarial individual e competitiva encontram coerência ou contraconduta nas práticas e “discursos ocultos” das mulheres da Pracaçu.

Afirmo, então, como hipótese da pesquisa, a ideia de que ao trabalharem segundo lógicas que se pautam por uma preocupação com a solidariedade, com a comunidade e com o meio-ambiente, compreendendo esses processos de modo ampliado em suas formas cotidianas de produção e reprodução da vida, as mulheres daquele grupo podem estar opondo-se, sem declarar de forma direta e aberta, ao modelo de desenvolvimento dominante no contexto neoliberal do neoextativismo que justifica a existência de grandes obras como a CSP.

5. Caminho metodológico

Buscando alcançar uma acumulação de atos aparentemente insignificantes (SCOTT, 2000), como “águas que correm caladas”⁵, procuro acessar pistas que só a presença em campo, só o “estar lá” (GEERTZ, 2009) permite. “A explicação da conduta social humana pelas razões dos atores não pode certamente ser ignorada pelos sociólogos”, ressalta Giddens (2018, p.241). Da mesma forma, Scott assume a etnometodologia como apoio

⁵ Frase retirada da canção “Louvação a Oxum”, composta por Ordep Serra e Roberto Mendes, gravada por Maria Bethânia no cd Olho D’água, de 1992. Na umbanda, Oxum é um orixá que reina sobre as águas doces (águas dos rios, lagos e dos lençóis subterrâneos). Scott (2000), ao falar da “acumulação de atos insignificantes” (p. 227), faz uma relação metafórica com flocos de neve que, na encosta de uma montanha, podem provocar uma avalanche. Inspirada na perspectiva do autor, proponho uma metáfora parecida e mais localizada, relacionando tais atos com a água doce, que corre por baixo da terra sem que, muitas vezes, seja percebida.

fundamental, ressaltando, no entanto, que a análise não deve ficar confinada a esse enfoque, pois

é apenas ligeiramente mais verdadeiro as pessoas falarem por si próprias do que o comportamento falar por si mesmo. A pura fenomenologia tem suas próprias armadilhas. Parte considerável do comportamento, incluindo o discurso, é automática e irrefletida, baseada em entendimentos que raramente ascendem ao nível da consciência, se é que o fazem. Um observador cuidadoso precisa oferecer uma interpretação desse comportamento que seja mais do que uma simples repetição do conhecimento de “senso comum” dos participantes. Como interpretação, ela precisa ser julgada pelos padrões de sua lógica, sua economia e sua consistência com outros fatos sociais conhecidos.

Ademais, o autor resalta ser comum a existência de “fatores que iluminam a ação dos agentes humanos” (Scott, 2011, p.239), mas que nem sempre se pode esperar que estes tenham consciência. Assim, é possível que os moradores e as moradoras das comunidades localizadas nos arredores da CSP não tenham conhecimento sobre a reestruturação geopolítica global ou o processo de reprimarização da economia no Brasil, fatores que acarretam um impacto nas relações locais mesmo que os agentes locais não tenham consciência de tais acontecimentos. Ainda assim, apesar de tais dados serem cruciais, eles não determinam tudo na situação com que se defrontam os atores humanos; balizam as respostas possíveis, imagináveis. Esses limites são, no entanto, “muito amplos e, dentro deles, os atores humanos elaboram sua própria resposta, sua experiência de classe, sua própria história” (Scott, 2011, p.234).

Proponho-me, então, a um esforço de observação no intuito de alcançar a linguagem do discurso oculto que não só ilumina a conduta ou a explica, também contribui na constituição dessa conduta (SCOTT, 2000). Para tal, as acompanharei em seu cotidiano, dentro e fora do espaço da fábrica, priorizando também momentos comemorativos, de confraternização e de visitas de estudantes e repórteres que com relativa frequência encontra-se no local. A ida com elas às reuniões de movimentos de defesa do meio ambiente dos quais participam também se fará importante para permitir uma análise mais aprofundada sobre as modulações de discursos que podem ocorrer em cada um desses espaços.

Seguindo uma inspiração na teoria goffmaniana, Scott argumenta que nas atitudes públicas, os atores tendem a orientar suas ações através de estratégias de respeito, dissimulação e vigilância. A análise de tais ações, de acordo com o autor, pode ser um caminho metodológico para compreender os padrões culturais de dominação e subordinação (2000). Assim, direciono a investigação tanto para os discursos que se dão “no palco” quanto aos que acontecem “fora do palco” (*offstage*), “para além da observação direta de detentores do poder”, espaço que o autor qualifica como “seguro”, “livre” e que consiste em falas, gestos e práticas que confirmam, contradizem ou modulam o que aparece na “transcrição pública” (SCOTT, 2000), no sentido de perceber as tensões que tais modulações podem revelar.

Assim, abordagem central desta investigação segue uma inspiração etnográfica, fazendo uso de técnicas de pesquisa como produção de diário de campo e entrevistas gravadas. Deste modo, está sendo priorizada a adoção de estratégias, métodos e técnicas qualitativas, visando observar como um grupo de mulheres da zona rural cearense lançam mão de práticas e discursos que podem ser interpretados a luz da compreensão de resistência ante ao modelo de desenvolvimento empreendido pela CSP. Para Paulino (2012), o olhar antropológico sobre uma experiência circunscrita não se encerra na perspectiva micro-analítica. Ele lança também reflexões multidimensionais que instigam diversas observações em um campo multifacetado, tornando impreterível um recorte na construção do objeto de pesquisa. Assim, diante das dificuldades impostas por esse campo, opto por observar a experiência da Pracaju como um processo em curso, onde se torna possível acessar construções simbólicas e práticas daquele grupo de mulheres. Compreendendo a realidade social como um processo, lançarei mão também da sociologia compreensiva (WEBER, 1999) ao buscar compreender e interpretar o sentido da ação dos indivíduos em interação.

Proponho-me, então, a um esforço de observação no intuito de alcançar a linguagem do discurso oculto que não só ilumina a conduta ou a explica, também contribui na constituição dessa conduta (SCOTT, 2000). Para tal, as acompanho em seu cotidiano, dentro e fora do espaço da fábrica, priorizando

também momentos comemorativos, de confraternização e de visitas de estudantes e repórteres que com relativa frequência encontra-se no local. A ida com elas às reuniões de movimentos de defesa do meio ambiente dos quais participam também se fará importante para permitir uma análise mais aprofundada sobre as modulações de discursos que podem ocorrer em cada um desses espaços.

Seguindo uma inspiração na teoria goffmaniana, Scott argumenta que nas atitudes públicas, os atores tendem a orientar suas ações através de estratégias de respeito, dissimulação e vigilância. A análise de tais ações, de acordo com o autor, pode ser um caminho metodológico para compreender os padrões culturais de dominação e subordinação (2000). Assim, direciono a investigação tanto para os discursos que se dão “no palco” quanto aos que acontecem “fora do palco” (*offstage*), “para além da observação direta de detentores do poder”, espaço que o autor qualifica como “seguro”, “livre” e que consiste em falas, gestos e práticas que confirmam, contradizem ou modulam o que aparece na “transcrição pública” (SCOTT, 2000), no sentido de perceber as tensões que tais modulações podem revelar.

Referências

- CARVALHO, A. M. P. Prefácio. *In*: RIGOTTO, R. M.; AGUIAR, A. C. P.; RIBEIRO, L. A. D. (org). **Tramas para a justiça ambiental**: diálogo de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018.
- CARVALHO, A. M. P.; MILANEZ, B.; GUERRA, E. C. Rentismo-neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990-2017). *In*: RIGOTTO, R. M; AGUIAR, A. C. P; RIBEIRO, L. A. D. (org). **Tramas para a justiça ambiental**: diálogo de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018.
- CHESNAIS, F. A “nova economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense”. *In*: CHESNAIS, F. *et al.* **Uma nova fase do capitalismo?**, São Paulo: Xamã, 2003.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. *In*: **Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.203-222, 2003.
- GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. 3 ed. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. 3 ed. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- GIDDENS, Anthony. **Problemas centrais em teoria social**: ação, estrutura e contradição na análise sociológica. Petropolis, RJ: Vozes, 2018.
- GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. *In*: CAAP e CLAES (Ed.). **Extractivismo, política y sociedad**. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- MAIA, R. C. C.; *et al.* Águas e neoextrativismo: injustiça hídrica e r-existências dos comuns. *In*: RIGOTTO, R. M; AGUIAR, A. C. P; RIBEIRO, L. A. D. (org). **Tramas para a justiça ambiental**: diálogo de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018.
- PAULINO, Antonio George Lopes. **Economia Solidária como Projeto Cultural e Político**: a experiência do Banco Palmas. Fortaleza: Edições UFC, 2012
- PEIRANO, Mariza. Max Weber e a Antropologia - Micro-etnografia & macrosociologia: religião e política nas histórias teóricas das ciências sociais. *In* SOUZA, Jessé (org). **A Atualidade de Max Weber**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SCOTT, James C. **Exploração normal, resistência normal**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 217- 243.

_____. **Los dominados y la arte de la resistencia**. Discursos Ocultos. México, D.F.: Ediciones Era, 2000.

_____. **Formas cotidianas da resistência camponesa**. Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TELES, Glauciana Alves. **Mobilidade, trabalho e interações socioespaciais: o Complexo Industrial e Portuário do Pecém no contexto da Região Metropolitana de Fortaleza**. 2015. 403f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Ceará.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UNB, 1999.